

Não é apenas um roubo de terras: a anexação pressupõe a expulsão dos palestinos

FONTE: [972Mag](#) | 19/05/2020 | TRADUÇÃO: Charles Rosa

Nas semanas passadas, muitos leitores dos meios de comunicação majoritários ficarão com a impressão de que Israel está se preparando para colocar em marcha um drástico plano de anexação da Cisjordânia ocupada, depois de assinar o “acordo de coalizão” de governo e conhecer o chamado “Acordo do Século” dos Estados Unidos.

Mas os palestinos sabem muito bem que a anexação anunciada por Israel não supõe nenhuma novidade espetacular. Pelo contrário, lhes indigna que a comunidade internacional tenha reagido com tanto assombro.

Para compreender o abismo entre as manchetes informativas e a realidade sobre o terreno, é preciso se colocar na pele de um cidadão israelense que decida viajar desde seu apartamento em Tel Aviv até o Mar Morto, atravessado territórios ocupados da Cisjordânia.

Tal cidadão somente terá que tomar uma estrada que se dirige para o leste para chegar em menos de uma hora às margens do rio Jordão. Não há postos de controle nem é necessário mudar de rota nesse breve percurso (tampouco existe indicador algum que informe de que o viajante entrou na Cisjordânia). Ao longa de toda a rota as sinalizações da estrada estão escritas em hebraico, a polícia israelense vigia que se cumpram as normas de tráfico e a Autoridade de Parques Nacionais dá as boas-vindas aos visitantes que se dirigem a pontos de interesse próximos.

O condutor israelense deverá ter cuidado para não entrar

erroneamente nas zonas onde vivem os palestinos residentes na Cisjordânia. Porém isso não oferece nenhuma dificuldade, pois depois dos Acordos de Oslo o exército colocou grandes cartazes vermelhos na entrada das populações palestinas, advertindo aos israelenses que penetrar tais áreas é perigoso. Por sua vez, um palestino que se encontre do outro lado destes cartazes não pode tomar essa mesma estrada para ir a Israel nem visitar esses centros turísticos do Mar Morto aos que se dirige o motorista israelense.

Em realidade, apesar das aparentemente complexas estruturas políticas do território, o mapa físico da Palestina-Israel em 2020 é muito simples: apesar da existência de uns poucos enclaves palestinos semi-autônomos na Cisjordânia e a Faixa de Gaza, é Israel quem controla tudo, de Norte e Sul e de Leste a Oeste.

Essa é a realidade que esteve presente durante décadas. E, apesar disso, o mundo se mostra alarmado porque Israel quer fazer “oficial” a realidade mediante uma anexação formal. O que a comunidade internacional considera um movimento ilegal por parte de um ocupante militar, ou como uma disputa territorial sobre fronteiras entre dois governos, os palestinos veem isso como um passo mais no projeto colonial de assentamentos que Israel leva um século praticando.

O erro demográfico

A exclusão e o controle, que sempre foram traços essenciais do sionismo, são os elementos básicos da geografia do território. A meta de criar um país somente para judeus no qual residem outros povos supôs a interminável opressão dos palestinos. O sionismo lhes apresentou duas opções: ou a expulsão e o exílio ou aceitar o domínio do Israel sem ter nenhum direito. Todos os palestinos, com independência do lugar do mundo em que se encontrem, estão sujeitos a um destes dois destinos.

Quando se fundou o Estado em 1948, muitos israelenses ficaram

decepcionados porque cidades como Hebron, Nablus ou a antiga Jerusalém, consideradas sagradas pelos judeus, ficaram fora. Mas essa aspiração foi finalmente satisfeita em 1967, quando Israel tomou o controle da totalidade do território do Mandato Britânico da Palestina. Mas, excetuando Jerusalém Oriental, o Estado nunca chegou a anexar esses territórios sob a lei israelense.

Até o dia de hoje, Israel sempre lamentou o erro demográfico que cometeu ao oferecer em 1948 a cidadania israelense a alguns palestinos. Situados sob a lei militar até 1966 e sempre discriminados, a simples existência de cidadãos palestinos frustrou os planos de Israel: criar um Estado exclusivamente judeu. Nesse sentido, eles sempre são lembrados de que não são desejados: Netanyahu declarou claramente no ano passado que “Israel não é um Estado para todos seus cidadãos”, e o “Acordo do Século” se atreve a propor o traslado de suas comunidades a uma futura entidade palestina.

Obcecado por seu erro, Israel decidiu levar a cabo uma política de “provisionalidade permanente” na Cisjordânia e Gaza: sua tática de escape foi da anexação *de facto* à falta de uma anexação *de jure*. Assim, criou novas categorias para essa população indesejada: cartões de “residência permanente” para os habitantes de Jerusalém Oriental (milhares das quais foram revogadas desde 1967), e carteiras de identidade laranjas ou verdes para os que vivem em Gaza ou na Cisjordânia, todas elas sob o controle do Ministério da Defesa.

Ao mesmo tempo, o Estado animou a população judaica a se instalar nos territórios ocupados. À medida que progrediam os assentamentos, Israel foi construindo estadas de estradas de circunvalação, muros e valas, não somente para assegurar que estes ficaram interconectados entre si e com Israel, mas também como um instrumento para controlar e limitar os movimentos da população palestina.

Então, por que depois de mais de cinquenta anos de

“provisoriamente permanente”, Israel decidiu fazer oficial esta realidade? Qual deveria ser a resposta dos palestinos?

A resposta palestina

Talvez essas perguntas se resolvam quando Israel anuncie seu plano definitivo: não somente a incorporação dos assentamentos e terras circundantes, que já tem sob seu controle, mas também a limpeza étnica dos palestinos que permanecem em tais áreas. Esse plano leva anos se desenvolvendo em lugares como o vale do Rio Jordão, El e as colinas de Hebron Sul, mas poderia prosseguir a mais velocidade uma vez tenha se declarado a anexação formal.

Dada a impunidade com a qual Israel violou o direito internacional a oportunidade contribuir com essa luta, apesar de sua limitação e a tergiversação de sua casa, mas foi em vão.

Parte deste fracasso se deve aos próprios líderes palestinos. Até o final da década dos anos 80, a direção nacional palestina considerava Israel como um Estado colonial que usurpava as terras palestinas; exigia o retorno dos refugiados e estava a favor de um único Estado para todos. Mas desde então a Organização para a Libertação da Palestina reconheceu formalmente Israel e adotou a solução dos dois estados, em boa medida para satisfazer o ponto de vista da comunidade internacional, que atua sob a falsa premissa de um “conflito” entre duas partes iguais.

Este entrelaçado político veio a substituir a demanda de descolonização do Mandato Britânico da Palestina e aceitou a Linha Verde como fronteira dentro da qual encerrar os palestinos num quase-estado. Quase trinta anos depois dos Acordos de Oslo, os programas de assentamento de colonos seguem tratando os palestinos como o mesmo grupo indesejado e colonizado, sejam eles cidadãos de Israel, sujeitos ocupados ou refugiados expulsos.

O presidente palestino Mahmud Abbas parece reconhecer este fato quando ameaça uma e outra vez com o desmantelamento da Autoridade Palestina ou a retirada dos chamados de segurança com Israel. Mas nunca teve coragem suficiente como para levar adiante suas ameaças. Se a Autoridade Palestina não faz nada por retificar seus erros, ela irá se limitar a aceitar os planos de Israel e a governar nos reduzidos enclaves em nome do Estado.

Assim, portanto, enquanto Israel afina a seguinte fase de seu projeto colonialista, é hora de que os palestinos voltem a reivindicar a descolonização total e um único Estado democrático no qual todos os seres humanos tenham os mesmos direitos, além de desenhar novas estratégias para conseguir tal meta. Até então, a comunidade internacional não tem direito a se lamentar pela próxima anexação, fruto dos esforços coloniais de Israel que a própria comunidade nunca fez nada para deter.

Ahmad Al-Bazz é um jornalista, documentarista e fotógrafo residente na Palestina.